



Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro ,n. 22, junho de 2008

Persecução penal e devido processo legal no Brasil e na Common Law Tradition: análise histórica e comparativa à luz da aplicação de princípios democráticos. Abel Fernandes Gomes; Eduardo Leite Chazan; Renata Gil de Alcântara Videira; Rita de Cássia Alves Antunes; Roberta da Silva Dumas Regos	Página 13 a 16 Total de páginas: 4
A criminalização da sonegação do decreto de prisão preventiva. Ana Paula Mendes de Miranda	Página 17 a 43 Total de páginas: 27
O STF e a fundamentação do decreto de prisão preventiva. André Lenart	Página 44 a 68 Total de páginas: 25
O defensor e a prisão em flagrante delito. Carlos Henrique Borlido Haddad	Página 69 a 85 Total de páginas: 17
Escolha racional e criminalidade: uma avaliação crítica do modelo. Marcelo da Siveira Campos	Página 86 a 102 Total de páginas: 17
Despenalização e penalização da violência contra a mulher brasileira. Maria Stella de Amorim	Página 103 a 122 Total de páginas: 20
A aplicação da convenção interamericana contra o terrorismo no Brasil. Paulo Emílio Vauthier Borges de Maceddo	Página 123 a 137 Total de páginas: 15
A invenção do inquérito policial brasileiro em uma perspectiva histórica comparada. Regina Lúcia Teixeira Mendes	Página 138 a 164 Total de páginas: 27
O tempo vertiginoso: impossível de se captura na lei? Ronaldo Lobão	Página 187 a 228 Total de páginas: 42
Repensando a competência para a execução penal nas	Página 243 a 260

condenações proferidas pela Justiça Federal. Aluisio Gonçalves de Castro Mendes	Total de páginas: 18
Competência da Justiça Federal. Concussão praticada por médicos conveniados do SUS. Incompatibilidade do reconhecimento de agravantes de ofício pelo magistrado. Américo Bedê Freire Júnior	Página 277 a 302 Total de páginas: 26
Tráfico internacional de mulheres. Danilo Fontenele Sampaio Cunha	Página 223 a 248 Total de páginas: 26
Desclassificação de crime de falso de documento federal para estelionato simples, da competência da Justiça Estadual. Fábio Nobre Bueno Brandão	Página 249 a 252 Total de páginas: 4
Sistema financeiro nacional. Cooperativa de crédito. Empréstimos. Dirigentes. Má-aplicação e gestão. Condenação. Francisco Glauber Pessoa Alves	Página 253 a 266 Total de páginas: 14
A falsificação documental que supera a função de rime-meio para a prática de ilícitos em organização criminosa: não-incidência do princípio da consunção Leopoldino Koehler	Página 267 a 286 Total de páginas: 20
Aplicação do princípio da insignificância George Marmelstein	Página 287 a 288 Total de páginas: 2
O exame antropológico em crimes imputados a indígenas Marcio Luiz Coelho de Freitas	Página 289 a 296 Total de páginas: 10
Multa fixada em embargos de declaração nitidamente protelatórios no processo penal Rodolfo Kronenberg Hartmann	Página 297 a 300 Total de páginas: 4
Princípio da insignificância no crime no art. 168-A do CP Rodrigo Esperança Borba	Página 301 a 306 Total de páginas: 6
Fraude em concurso público: enquadramento legal e análise probatório Rogério Roberto Gonçalves de Abreu	Página 307 a 326 Total de páginas: 20
Decisão interlocutória. Crimes praticadas por policiais militares em serviço e competência da Justiça Federal Simone	Página 327 a 338 Total de páginas: 12

